



*António José Machado Marracho (\*)*  
*TCor Inf*

## RESUMO

O presente artigo resulta de um trabalho realizado no âmbito, do Mestrado de História Defesa e Relações Internacionais, e pretende apresentar uma perspectiva do acontecimento designado por Ultimatum e as suas consequências no regime em vigor, a monarquia. Salienta-se que este artigo é apenas uma explicação, havendo muitas outras.

**Palavras chave:** Ultimatum, Política interna, Política externa

---

(\*) Docente na Academia Militar das disciplinas de Sistema de Armas da Manobra e Tiro e Sistema de Armas de Infantaria.

## INTRODUÇÃO

O artigo está organizado em dez pontos, começa com uma breve introdução, aborda-se o Ultimatum, e as consequências internas e externas, que tal facto teve para o regime. Segue-se uma recensão crítica a um texto de António José de Almeida, escrito na prisão, por motivo de ter sido o autor de um artigo designado Bragança – O último, o qual foi considerado ofensivo à figura do Rei. Optámos por apresentar este texto na medida que o protagonista, após a implantação da república, foi presidente. Apresenta-se ainda mais dois textos, um de Manuel de Arriaga, numa intervenção no parlamento sobre o novo tratado com a Inglaterra. Apresenta-se igualmente a intervenção do deputado Hintze Ribeiro, sobre o tratado referido para defender a sua honra. A importância destes dois protagonistas, deriva do seu percurso após a Monarquia, Manuel de Arriaga foi o primeiro Presidente da República e Hintze Ribeiro era o ministro dos negócios estrangeiros, no momento do Ultimatum e foi este ministro que negociou o tratado com a Inglaterra, em 20 de Agosto de 1890, contudo o acordo não chegou a ser ratificado.

### 1. O ULTIMATUM

O acontecimento designado por Ultimatum foi perspectivado, segundo dois pontos de vista. Por um lado o da política externa salientando o conflito diplomático e as negociações bilaterais. Por outro lado, da política interna, salientando o levantamento patriótico, a luta anti-inglesa e antimonarquia beneficiando, assim o ideal republicano. O Ultimatum foi um facto essencialmente ao nível da política externa contudo teve repercussões na política interna.

### 2. A ORIGEM EXTERNA

Para uma melhor compreensão da situação vivida na época, julga-se pertinente apresentar os factos relevantes que antecederam o Ultimatum, como foram, a abolição do tráfico negreiro, o que levou ao esquecimento do continente africano no período dos anos 40 a 65 do século XIX e a fragilidade da posição, portuguesa neste continente, o que levou a que o conselho ultramarino fosse recriado em 1851. Este órgão tinha como missão promover e reforçar os laços entre a metrópole e as colónias, através do incremento do comércio e de aplicação de capitais assim como, evitar ou reduzir a intromissão de

potências estrangeiras nos territórios coloniais portugueses. Outro facto relevante foi a explosão demográfica e a revolução tecnológica ocorrida na década de 70, o que levou a um renovado interesse europeu por África. A razão para este interesse fora de ordem económica, política e ideológica. Quando no ano de 1873 se assiste a uma fase descendente da curva do ciclo de Kondratieff<sup>1</sup>, surgindo um período de grandes dificuldades para as economias europeias. Esta conjuntura leva a que os países reajam adoptando políticas aduaneiras proteccionistas. Concorrendo com esta situação, a implementação da segunda revolução industrial está dependente de matérias-primas especialmente do continente africano.

Após o fim da guerra franco-prussiana, a situação política vivida na Europa, não era favorável a novas guerras, face ao equilíbrio existente, por isso, as principais potências Europeias buscam novos territórios fora do continente Europeu.

Ao nível das ideias era entendido correcto a existência de colónias, tendo surgido algumas ideias-força, como as ligações Cabo-Cairo, Dakar-Djibuti e a África meridional portuguesa.

Este novo ciclo é materializado pelas explorações do missionário inglês Livinstone, seguido pelo jornalista americano Stanley e do explorador italiano, naturalizado francês Brazza, sem esquecer que anteriormente os portugueses tinham efectuado 12 surtidas no vasto hinterland entre Angola e Moçambique (Caetano, 1971). Este pioneirismo português materializa-se simbolicamente pelo princípio dos direitos históricos, que foi por vezes reconhecido internacionalmente e regulou algumas questões coloniais até 1875. Mas a partir de 1875, esta situação altera-se. Muda em 1876, na conferência de Bruxelas, onde se assiste ao emergir do princípio da ocupação efectiva. Este princípio contrariava, o princípio dos direitos históricos e abria a corrida à exploração do interior de África.

Portugal em reacção a esta situação criou em 1876 a Sociedade de Geografia de Lisboa, que tinha com o objectivo de alertar a opinião pública para a questão colonial. A partir daqui as expedições portuguesas a África sucedem-se. O primeiro problema surge quando as outras potências europeias (franceses, belgas) avançam na zona do Zaire. Portugal não tinha efectivado a ocupação deste

---

<sup>1</sup> Destacado economista marxista russo Nicolai Kondratieff, fundador da Teoria do Investimento de Capital, em que os longos ciclos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos ou de sua depreciação em infra-estrutura, como: ferro vias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, electrificação, construção civil, etc. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por avultados investimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação.

território, em virtude do diferendo com a Inglaterra existente desde 1836. Face ao avanço francês e belga, os ingleses acordaram com Portugal, no designado tratado do Zaire de 26 de Fevereiro de 1884, o reconhecimento da soberania portuguesa numa área delimitada. Apesar deste acordo ser oneroso para Portugal, a opinião pública inglesa foi contra e as potências europeias também protestaram, o que levou ao abandono do tratado por parte dos ingleses. Assim Portugal, não teve outra solução senão aceitar, a anulação do tratado declarando que a questão deveria ser resolvida através de uma conferência internacional.

Nesta medida, o Chanceler Alemão Bismark toma uma iniciativa semelhante e convoca para Novembro de 1884, em Berlim, uma conferência colonial.

Em 15 de Novembro de 1884 inicia-se a conferência, tendo resultado duas resoluções:

- a primeira foi o reconhecimento da soberania territorial da Associação Internacional do Congo;
- a segunda, o reconhecimento internacional do princípio da ocupação efectiva, dando apenas valor adjutório ao princípio dos direitos históricos.

Como se constata do resultado da conferência, a política externa portuguesa, saiu derrotada, por não ter conseguido fazer valer os interesses nacionais.

Face ao que se passou na conferência, e atendendo à necessidade de limitar esferas de influência, Portugal em 1886 assina duas convenções, uma luso-francesa e outra luso-alemã a delimitar esferas de influência com estes países. Mas Portugal não assinou qualquer tratado com a Inglaterra. Na necessidade de ocupar territórios, criou o projecto da África meridional portuguesa, também conhecido por mapa cor-de-rosa que ligava Angola a Moçambique pelo interior do continente.

Portugal começou a ocupar militarmente áreas na região de Moçambique e do Zimbabué. Só que este projecto contrariava o projecto de Cecil Rhodes que previa a ligação Cabo-Cairo, apoiado pela Inglaterra, por isso este país, abre um conflito diplomático com Portugal. Entretanto Portugal tentando ganhar tempo, aproveita para agir submetendo militarmente os Macololos no vale do Chire. Face a esta acção, o governo inglês considera-a como causa de guerra. Concentra forças navais em pontos estratégicos da costa africana e em 11 de Janeiro de 1890 envia a Portugal o célebre Ultimatum. Perante estes acontecimentos, Portugal cede, foi o fim do mapa cor-de-rosa.

Portugal ainda tentou recorrer à arbitragem, o que foi negado pelo governo inglês. Face a esta posição não restava outra opção do que negociar, surge, assim, o tratado de 20 de Agosto, contudo nunca chegou a ser ratificado.

Entrou-se no *Modus Vivendi* de 14 de Novembro e iniciou-se nova negociação, dando origem a um novo tratado em Junho de 1891, que se revela ainda mais penoso para Portugal, mas foi ratificado pelo parlamento. Este tratado foi aceite, em virtude das alterações ocorridas na política interna portuguesa. Veremos de seguida como um acontecimento de política externa se transformou num acontecimento de política interna.

### 3. PROJECCÃO NA POLÍTICA INTERNA

Desde as décadas de 70 e 80 do século passado que o partido republicano, principalmente, vinha a explorar algumas situações políticas, tanto internas como externas, para promover campanhas violentas contra o governo e o próprio regime. Foi isso que aconteceu quando foi assinado o tratado de Lourenço Marques em 1879<sup>2</sup>. Foi, também assim no tricentenário de Camões<sup>3</sup>. Todas estas situações ocorridas na véspera do Ultimatum, contribuiriam para que o país vivesse internamente numa situação de propaganda, para agitar a opinião pública. O Ultimatum foi, apenas, o rastilho que fez rebentar a agitação.

No período entre o Ultimatum e o *Modus Vivendi* de 14 de Novembro, surgiram três momentos políticos significativos: a reacção ao Ultimatum, o refluxo do movimento, a reacção ao tratado de 20 de Agosto e movimento de refluxo. A reacção ao Ultimatum mostrou a fragilidade política que se vivia, pois todos os agentes políticos tentaram retirar dividendos que a conjuntura política oferecia. Face à cedência ao governo inglês, à agitação social que se vivia, o governo progressista demitiu-se. Foi a primeira consequência política do Ultimatum. O governo progressista foi substituído por um governo regenador. Estabilizada a política interna, contudo permanecia o conflito com a Grã-bretanha por resolver.

---

<sup>2</sup> 30 de Maio de 1879, assinatura do Tratado Luso-britânico de Lourenço Marques, prevendo a construção de um caminho-de-ferro que ligasse Lourenço Marques ao Transval, com construção de armazéns no terminal, proibia a venda de armas às tribos revoltadas Zulus, admitindo o desembarque de tropas britânicas naquele porto, e o patrulhamento das costas da província por navios britânicos.

<sup>3</sup> 10 de Junho de 1880, comemorações do Tricentenário da morte de Camões, promovido por uma comissão executiva presidida pelo visconde de Juromenha, mas dirigida por Teófilo Braga, e de que faziam parte Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Magalhães Lima, Eduardo Coelho, Batalha Reis e Rodrigues da Costa. Neste mesmo dia realizou-se um grande cortejo cívico em Lisboa.

No dia 18 de Janeiro de 1890, o ministro dos negócios estrangeiros, Hintze Ribeiro, avista-se com embaixador inglês e confirma-lhe a aceitação do Ultimatum e vontade de negociar, invocando a aliança com a Inglaterra. Entretanto o rei decide dissolver o parlamento e marcar novas eleições e a abertura do novo parlamento para 19 de Abril.

Portugal tenta ainda resolver o conflito através de uma conferência ou de arbítrio. O governo inglês rejeitou qualquer das hipóteses. Restou assim, a Portugal a possibilidade de negociações bilaterais. Logo Barjona Freitas <sup>4</sup> parte para Londres para negociar.

O movimento patriótico ganha dimensão e atinge o auge a 11 de Fevereiro, um mês após a data do Ultimatum. O partido republicano continua a explorar o desgaste dos partidos monárquicos e o governo reage com medidas repressivas. Assim o movimento decai e o país regressa à normalidade.

Neste novo clima, realizam-se as eleições a 30 de Março, que causam dez mortos. Volta a ganhar o partido do governo. Mas o partido republicano concorrendo em coligação com uma facção do partido progressista consegue eleger pelo círculo de Lisboa três deputados, José Elvas Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga. Os republicanos obtêm os primeiros dividendos políticos. O governo reforça as medidas ditatoriais e a imprensa revolucionária é proibida. Face a estes acontecimentos, os republicanos começam a pensar em provocar uma revolução, para derrubar o regime. A acalmia voltou, mas esta situação voltou a alterar-se face ao tratado de 20 de Agosto assinado em Londres. Renasce o movimento patriótico que atinge o auge na abertura da nova sessão legislativa em 15 de Setembro.

Face a esta nova revolta o governo cai. Abre-se mais uma crise política. Após Martens Ferrão <sup>5</sup> não ter conseguido formar governo, o rei convida o general João Crisóstomo, que apesar de não pertencer a nenhum partido é logo atacado pelos republicanos. O partido republicano punha em causa não só o governo como o próprio regime. Assim Manuel de Arriaga chega a afirmar “...*confiem em nós. Em nós sim. Na pátria.*” (Quental et al, 2006)

Com a queda do governo cai o tratado de 20 de Agosto. O novo governo reabre o diálogo com Londres e assina o Modus Vivendi a 14 de Novembro.

---

<sup>4</sup> Barjona de Freitas, foi nomeado representante Português, pelo ministro dos negócios estrangeiros, Hintze Ribeiro, junto do governo Britânico, para resolver o conflito resultante do Ultimatum.

<sup>5</sup> Deputado do partido Regedor.

As dificuldades portuguesas, foram aproveitadas por Cecil Rhodes <sup>6</sup>, que estava interessado no vasto e rico planalto de Manica que era concedido a Portugal no tratado de 20 de Agosto. Assim Cecil Rhodes aproveitou este impasse para pressionar o governo inglês a ficar com o planalto.

Como a diplomacia portuguesa estava interessada em concluir rapidamente o tratado, cedeu e trocou o planalto de Manica por uma região mais vasta mas menos valiosa. O tratado foi assinado a 11 de Junho de 1891, não havendo qualquer contestação.

#### 4. A PERSPECTIVA DA OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública, foi manipulada, com evidente aproveitamento partidário, tendo o Ultimatum resultado numa estrondosa derrota nacional.

Também aqui se podem destacar três períodos distintos do movimento de opinião pública: reacção ao Ultimatum, o refluxo do movimento e a reacção ao tratado para voltar a refluir.

Nas reacções ao Ultimatum destacam-se a reacção da imprensa e a reacção popular essencialmente a partir do café Martinho da Arcada e da Sociedade de Geografia onde ocorreram manifestações patrióticas. As associações comerciais, o sector industrial e o sector agrícola também reagem. A associação industrial portuguesa protesta e convida todos os seus associados para a Grande Subscrição Nacional. Alteram-se nomes de algumas ruas como protesto. Também as instituições e autoridades militares protestam e contribuem para a Grande Subscrição. Tudo o que incluía qualquer coisa de cariz inglês foi alvo de represálias. Ao nível literário, Guerra Junqueiro e outros escritores publicam artigos contra os ingleses. A 6 de Março, numa récita no Teatro Avenida em favor da Grande Subscrição, ouviu-se pela primeira vez um hino patriótico cuja música de Alfredo Keil, recebe uma letra de Lopes Mendonça – A portuguesa.

---

<sup>6</sup> A British South Africa Company (BSAC), ou Companhia Britânica da África do Sul, foi uma empresa criada por Cecil Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association* e da *Exploring Company, Ltd*. A empresa recebeu a 15 de Outubro de 1889 aprovação e privilégios da coroa britânica.

A BSAC, nasceu no contexto da grande corrida à ocupação da África sub-sariana que se gerou na sequência da Conferência de Berlim, da oficialização do conceito de *ocupação efectiva* do território em detrimento das anteriores reivindicações territoriais baseadas na primazia da descoberta ou da conquista. Defensor da ligação Cabo-Cairo, colidindo esta ideia com o mapa cor de rosa dos Portugueses.

A 11 de Fevereiro (um mês após o Ultimatum), certas forças republicanas, aproveitam para lançar o seu golpe que se constituem em duas acções: uma manifestação com comício no coliseu e deposição duma coroa de flores na estátua de Camões.

Contudo o Governo antecipa-se e em 11 de Fevereiro, são presos, alguns republicanos destacando-se Manuel Arriaga e Jacinto Nunes. Estas prisões tiveram o efeito pretendido, fazendo gorar a primeira iniciativa do Club Henriques Nogueira. A segunda iniciativa também falhou, tendo a multidão sido dispersa por um esquadrão da polícia, esta acção foi designado “campanha dos apitos”. Assim o movimento republicano acalmou, duzentos presos, dissolução da associação académica de Lisboa, tentativa falhada por parte do governo de transferir os fundos da Grande Subscrição, para o estado a título de empréstimo público, associados a uma série de medidas repressivas, foram as consequências destes acontecimentos.

Contudo, apesar do eco se ter reduzido, os republicanos tinham dois objectivos fundamentais: desprestigiar os partidos monárquicos e isolar o rei. O primeiro objectivo foi conseguido, faltava denegrir a figura do rei.

A imprensa atacava violentamente o rei, atingindo o auge com a publicação de O Ultimatum. Num artigo, António José de Almeida, chamava animal ao rei. Foi levado a tribunal e condenado. Surge a famosa lei das rolhas que vem travar o movimento que se propagava através da imprensa. A calma voltou.

## **5. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA.**

Fins de Março de 1890, sai um artigo designado “O Ultimatum”, tinha como objectivo, fazer conservar no espirito dos leitores, a infâmia da Inglaterra, seria mais um grito de guerra, seria uma forma de levantar a cabeça junto á bandeira republicana, em nome dos interesses de um povo humilhado.

Continuando a sua luta, António José de Almeida, colaborou, com um artigo intitulado, “Bragança, o Último”. O artigo causou indignação, ódios nos seus opositores monárquicos. Gerou vontade de vingança. Corria por bocas regeneradoras que iria ser instaurado um processo. Surgiram logo profecias medonhas, que sendo feito um processo sumário seria executado numa forca com exposição da sua cabeça num poste, para servir de exemplo.

Corriam também rumores que seria expulso da Universidade. Mas a opinião geral, era de que António José de Almeida, iria perpetuamente ficar numa prisão do Estado a cumprir a pena pelo crime de rebelião. Em 25 de Junho de 1890, foi condenado pelo tribunal de Coimbra, a 3 meses de cadeia.

António José de Almeida, na cadeia escreve, um artigo com o título, “*Palavras de um Intransigente*” (Quental et al, 2006, p.110-122).

Passados 6 meses e depois do Ultimatum, continuamos como antes, mas com uma pequena diferença, continuamos a dar razões ao mundo para este nos poder desprezar. Mantemos os mesmos vícios, temos a honra despedaçada e o character arrepanhado. Não temos dinheiro e temos fome.

Ao caracterizar o nosso país, António José de Almeida, descreve-o da seguinte maneira: *somos miseráveis, cobardes, infelizes, hipócritas, desgraçados e desastrosos. Relata os grandes acontecimentos internacionais do século XIX, contudo, e Portugal?*

*Que é feito de Portugal. O país de Aljubarrota, o conquistador de África, o batalhador homérico. Não existe. Portugal não passa de um criado dos ingleses. Será que vale a pena existirmos? Estará tudo perdido? Pergunta o autor?* (Quental et al, 2006, p.110-122).

Contudo, António José de Almeida, tem esperanças no povo, que embora maltratado, acorrentado, irá reagir, com a mudança do regime. Aqui, prevê num futuro muito próximo a implantação da república.

Espera que o governo monárquico se afunde, sem com ele levar a pátria. Apela ainda, que face ao desmoronamento da pátria, se unam todos os republicanos e lutem sem descrença e sem desalento.

Apela, a todos os puros, a todos os sinceros que o auxiliem na tentativa de salvar a pátria. Afirma que o seu protesto nada tem a haver com o facto de estar na prisão, mas sim porque um ideal que o faz continuar a lutar, nem que seja sistematicamente punido com prisão.

Afirma possuir uma alma, caracterizada por uma energia endurecida e possuir uma convicção inalterável.

Reafirma, a vontade de continuar a protestar e a lutar ferozmente pela causa republicana, prevendo o fim do regime monárquico. Está convencido que a força dos seus ideais, será expressa pela ponta da sua pena. Que todos os capachos do regime terão um dia que espernear na ponta da sua pena (Quental et al, 2006).

## 6. O TRATADO DE 20 DE AGOSTO DE 1890

A 22 de Agosto a imprensa portuguesa publica o tratado de 20 de Agosto. Logo uma série de publicistas fazem violentos ataques ao tratado. O movimento atinge o auge a 15 de Setembro na reabertura da sessão legislativa. As forças vivas da sociedade voltam a protestar. O governo volta a cair e o tratado não é ratificado. Em toda esta conjuntura o partido republicano é o grande vencedor. A sua imagem sai reforçada e a sua propaganda marca terreno. Guerra Junqueiro afirma “ *Republicano e patriota tornaram-se sinónimos. Hoje, quem diz pátria diz republicano*” (Quental et al, 2006).

Na história do partido republicano, o Ultimatum ficará para sempre como o ponto central na sua formação e o nacionalismo como o seu ideal. Meses depois aconteceu o 31 de Janeiro de 1891.

## 7. MANUEL DE ARRIAGA – O NOVO TRATADO LUSO BRITÂNICO

Manuel de Arriaga, vai ao parlamento, na qualidade de deputado e membro do directório do partido republicano. Protesta contra o jornal, "O século", por passar a mensagem de que o partido republicano não pretendia discutir o novo tratado mas apenas fazer algumas declarações, e lembra a importância da discussão sobre o novo tratado afirmando que as deliberações ali tomadas, ficarão na história de Portugal.

Começa por falar sobre o livro branco entretanto publicado. Defende a honestidade dos intervenientes citados no livro branco, mas lamenta o rumo tomado. De seguida usa uma metáfora para ilustrar a situação que se vive no país: supondo que estávamos numa estação de comboios, vendo partir um comboio que levaria o direito, a dignidade, a honra e o futuro dos portugueses. Este comboio iria partir no sentido da Inglaterra, o que a concretizar-se seria o descarrilamento completo e fatal para Portugal. Assim Manuel de Arriaga, sugere que se mude de direcção devendo este dirigir-se para a família, para a solidariedade, para a unidade de pensamento, para o triunfo da justiça e apelando para o conjunto das nações poderosas e amigas invocando a afinidade da raça e a solidariedade dos interesses, sendo este o caminho que asseguraria o êxito esperado dos portugueses.

Baseado na história, Manuel de Arriaga relembra que habitualmente os tratados feitos com a Grã-Bretanha, tiveram todos consequências funestas para Portugal, por isso devíamos desviar-nos da Grã-Bretanha e, apresenta um estudo superficial que se descreve:

- após a apresentação do Ultimatum, é ofensivo do direito e dos interesses portugueses negociar directamente com a Grã-Bretanha;
- os limites traçados pela Grã-Bretanha, entram premeditadamente nos nossos, mutilando-os e restringindo gravemente a nossa soberania;
- as condições impostas no tratado, encerram uma formal declaração de guerra ao nosso vasto domínio colonial;
- a câmara ordinária, não tinha poderes para decidir a mutilação da pátria e da violação da constituição,
- a entrega de parte dos nossos domínios no interior de África e as facilidades concedidas na rede fluvial e nos nossos cais altera a carta geográfica, devendo ser ouvidas outras nações interessadas.

Com este estudo Manuel de Arriaga, tentou levar o diferendo com a Grã-Bretanha, para a arbitragem internacional. O autor afirma que os ingleses pretendiam dominar toda a África desde o Egipto até à cidade do Cabo, salientando que a Inglaterra senhora do Nilo, do Zambeze, do Cabo, do Níger e por outro lado dominadora dos mares, se tornaria num polvo enorme e que pretendia lançar os seus tentáculos sobre Portugal. Afirmou que ainda estávamos a tempo de evitar ser devorados pela Grã-Bretanha. Possuímos o cutelo afiado para cortar alguns tentáculos. Esse cutelo é a carta dos nossos direitos de descoberta, de conquista e de posse efectiva da parte que nos vai ser roubado.

Manuel de Arriaga, relembrou a história para afirmar que Portugal por duas vezes se viu atraído pelo destino e por duas vezes conseguiu salvar-se. Em Alcácer-Quibir liquidou-se a confiança cega na divina providência e que com a assinatura deste tratado, será o princípio do fim da dinastia de Bragança. Referiu que quando Portugal aceitasse o tratado, seríamos riscados do mapa como nação autónoma para sermos um satélite da Espanha. Pois com a perda do domínio colonial, perderíamos o respeito e a confiança, internacional e seria rompido o equilíbrio na actual política europeia. Se tal acontecesse só iríamos recuperar no dia em que o mundo voltasse ao império definitivo do direito. Manuel de Arriaga, salienta a importância das decisões tomadas pela câmara pois iriam decidir a vida ou a morte do futuro de Portugal. Interrogou-se como

se poderia negociar, quando tinham sido invadidas as águas do Chire e do Zambeze, sem qualquer acção ou medida por parte de Portugal. Reforçou a ideia que Portugal deveria afirmar os seus direitos de soberania, perante um conselho de povos cultos, invocando a sua autoridade e sujeitar-se à sua deliberação, qualquer que ela fosse, realçando que mesmo que fossemos vencidos, ficaríamos honrados. Não podíamos voltar-nos para quem nos injuriou nem pactuar com quem nos espoliou. Portugal deveria escudar-se no acto geral de Berlim. A Europa não podia estar connosco, desde que nos voltamos para a Inglaterra. Referiu que votava contra a aproximação à Inglaterra, votava contra o tratado que é muito pior que o de 20 de Agosto.

Considerou que o primeiro erro, foi negociar com a Inglaterra, depois de terem aberto as águas do Chire e a embocadura do Zambeze. O segundo erro, foram as declarações publicadas no livro branco que nos exponham perante a Inglaterra. Cita este livro referindo a 15 de Novembro o Sr Soveral: “*Tive longa conferência com o marquês Salisbury. Disse-lhe que V. Ex. tinha o maior desejo de começar e concluir as negociações do tratado o mais depressa possível*” (Quental e al, 2006) para afirmar que quem pedia assim, sujeitava-se a tudo por parte da Grã-Bretanha, e que este facto foi um erro da diplomacia portuguesa.

Perante a intervenção do Sr Soveral, o governo da Grã-Bretanha, tece a sua teia:

- faz constar que o governo inglês deseja sobretudo um caminho-de-ferro para obter saída para o mar;
- Manica não era discutível e Mutassa dependia do *modus vivendi*;

O governo de D. Carlos diz à Inglaterra, que está pronto a sacrificar-se. Perante tantas facilidades, a Grã-Bretanha, ousou pedir a província de Sofala.

Manuel de Arriaga referiu que quando uma nação, está fraca, deveria declarar-se coacta e evitar a assinatura de tratados, para ao menos honrar o seu nome, mencionando o exemplo do Transval, que sendo um pequeno povo heróico e democrático, refilou perante a Inglaterra e impôs-lhe respeito.

Reforçando as suas ideias afirmou que o pior, não era entregar-lhes tudo, mas sim a obrigação com que ficávamos de criar e manter à nossa custa os logradouros públicos de que a Inglaterra carecia para poder comercializar os seus produtos. O autor usa uma metáfora para afirmar que seríamos apenas o guarda do portão do palácio.

Afirmou, ainda, que o fraco coligado com o forte, dá sempre mau resultado e lembra a fábula do leão e do cordeiro. Nós pobres, eles ricos, nós cumpridores

dos encargos, eles prepotentes, nós fanáticos pelo direito, pela tradição, pela honra, eles pela libra esterlina. Somos pobres a fingir de ricos, pedimo-lhes dinheiro apenas para os enriquecer.

Interrogou-se sobre as garantias dadas pela Inglaterra se a assembleia aprovasse o tratado, nenhuma, afirmou, pois se as outras potências não concordassem os ingleses não iriam fazer nada por Portugal.

Conclui afirmando que os representantes dos interesses dinásticos, não eram eleitos pelo povo, logo não tinham legitimidade para negociar em seu nome pelo que dias melhores viriam em que os povos não estariam sob a tutela dos reis (Quental e tal, 2006, p.123-146).

## 8. HINTZE RIBEIRO – NEGOCIAÇÕES DO TRATADO

Hintze Ribeiro, na sua intervenção na assembleia afirmou de imediato que não tinha qualquer tipo de problemas de votar o novo tratado pois acreditava na boa fé dos negociadores portugueses.

Referiu que assumiu a gerência dos negócios públicos no momento em que chegara a Portugal o Ultimatum. Que o Ultimatum provocou uma forte reacção na opinião pública. Mas que estes ânimos exaltados, não compreendiam a gravidade da situação, pois estávamos a travar uma luta desigual, com uma nação que antes fora nossa aliada e que agora se apresentava como a nossa adversária implacável.

O que deveria fazer? Abrir uma luta armada, tenaz, intransigente, com a Inglaterra, inspirando-me nos impulsos de momento? Seria sacrificar o país. Conter, ceder, transigir, capitular, remediar? – Era extraordinariamente difícil. Foi preciso acontecer uma serie de revezes e insucessos para que quebrados, estejamos hoje aqui a votar este tratado

Hintze Ribeiro, levanta uma serie de hipóteses. Mas diz que estávamos numa posição de negociação muito frágil e quando apelou às outras potências a reacção foi negativa. Que tentou a mediação e a arbitragem mas os ingleses não concordaram. Assim, só lhe restava uma alternativa, tratar directamente com a Inglaterra. Para isso só havia dois caminhos: procurar que a Inglaterra acordasse connosco na constituição de um tribunal, um julgamento, uma apreciação estranha e imparcial para decidir a questão, ou negociar directamente. Com essa finalidade foi enviado o Sr Barjona de Freitas a Londres para encetar o diálogo. Foram dadas instruções ao Sr Barjona no sentido de propor ao governo inglês, a arbitragem, a conferência, a mediação, como meios do direito internacional para resolver a questão.

Hintze Ribeiro, foi bastante pragmático e julgou mesmo ser capaz de convencer os Ingleses a aceitar a mediação. Todavia os ingleses recusaram mas abriram a porta para as negociações directas. Como não encontrou apoio suficiente para tornar efectivo o artigo 12.º do acto geral de Berlim, e não conseguindo convencer a Inglaterra para a constituição de um tribunal, Hintze Ribeiro aceitou as negociações directas como única alternativa para resolver o diferendo. Hintze Ribeiro, explicou também que não foi possível manter em Londres, o Sr Dantas, pois face à posição que assumiu perante o Ultimatum, foi necessário substituí-lo pelo Sr Barjona de Freitas.

De seguida Hintze Ribeiro, elogiou o actual negociador, Sr Soveral e defende o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr Bocage. Defende-se de que na altura não informou o parlamento porque as negociações ainda estavam pendentes. Na altura acusaram-no ainda dos incidentes ocorridos em África, mas hoje os incidentes são bem mais graves, nomeadamente a entrada das canhoeriras no Zambeze, a tomada de Mutassa, a prisão de Paiva de Andrade, Rezende e Manuel António, os acontecimentos do Punge, o conflito do Macequece sem Portugal poder fazer alguma coisa. Na altura, e exigiram-me que protestasse com energia, abatiam-se contra mim, e tiraram-me toda a força para poder continuar a negociar. Como queriam que negociasse, representando uma nação pequena, perante uma nação forte, cheia de recursos e de meios de acção como era a Inglaterra.

Hintze Ribeiro, continuando a sua defesa, disse que havia uma cláusula, a do consentimento da Inglaterra, caso pretendêssemos alienar território que causou grande polémica. Mas essa situação era normal e já tinha sido utilizada noutros tratados. Pois o tratado de 20 de Agosto, não era assim tão penoso para nós, uma vez que quando foi conhecido no cabo da boa esperança, Cecil Rhodes começou a opor-se.

Para Hintze Ribeiro foi um grande erro não ratificarmos o tratado de 20 de Agosto, pois os ingleses tomaram de imediato algumas das nossas posições em África e por isso não ficámos em posição de negociar, de igual para igual, um novo tratado.

Hintze Ribeiro, voltou a afirmar, que o Sr Bocage, fez o que pode, e que quando uma nação pequena, como Portugal se defronta como uma nação poderosa como a Inglaterra, só tem um caminho a seguir, transigir quanto baste para não perder tudo.

Hintze Ribeiro, continuou a sua defesa (do seu tratado) e rebate ponto por ponto todas as acusações e mostrou quanto mais gravoso era o novo tratado para Portugal, reiterando que foi um gravíssimo erro, não se ter aprovado o

tratado de 20 de Agosto, porque apesar dos esforços do Sr Bocage, auxiliado pela boa vontade dos seus colegas foi impossível conseguir resultados mais vantajosos para o país mas que apesar de tudo eram assegurados por aquele tratado. Continuando, interroga-se sobre a possibilidade de se ter alcançado um melhor resultado, e se por esse facto valeria a pena ter-se deixado o país sem governo e a coroa a descoberto, durante vinte dias de angustiosa crise ministerial, valeria a pena ter levado o país a um estado anormal de excitação e desconfiança, o que provocou duras aflições e uma apertada crise financeira, para o qual é pouco o esforço de todos nós.

O problema, segundo Hintze Ribeiro, residiu no facto de julgarmos ser os senhores de África, de costa a costa após as negociações feitas com a França e a Alemanha, termos dado este facto como certo e afinal não passava de uma aspiração. Despertamos um dia do sonho em que nos embalávamos, despertamos com um Ultimatum violento.

Terminou referindo que toda esta situação nos deva servir de lição, e em vez de dilacerar-mos em lutas internas, devemos unirmo-nos numa acção e esforço comum. Demitiu-se e em Outubro outro governo tomou posse. O novo ministro, o Sr Bocage, tomou posse a 15 de Outubro, pactuou com um *modus vivendi* por mais seis meses em 14 de Novembro, e o primeiro projecto foi apresentado dois meses depois e a Inglaterra deixou passar três meses sem responder enquanto, continuava a tomar posições nos nossos domínios em África.

Face à nossa fragilidade, tanto interna como externamente os ingleses foram sempre pressionando o governo português, que sobre grande pressão assinou as bases para o novo tratado. Como se temia este novo tratado era muito mais gravoso para nós que o de 20 de Agosto de 1890, negociado por Hintze Ribeiro (Quental et al, 2006, p.149-193).

## 9. PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO PORTUGUESA

Manuel de Arriaga, num discurso dirigido ao povo português, em Lisboa, a 30 de Janeiro de 1898, afirmou que a pátria estava em perigo, e a democracia estava próxima, mas a nossa terra, berço de tantos homens ilustres, estava em perigo e que tínhamos de deixar património aos nossos filhos.

Manuel de Arriaga afirmou que a acumulação de erros seculares, por parte da monarquia, podiam arrastar consigo a independência e a integridade da pátria, caso não se fizesse nada. Atacou a política monárquica dos últimos três séculos,

que se caracterizava por uma reacção contra dois factores de civilização moderna, a revolução religiosa do século XVI que emancipado da tutela do Papa e a revolução política do século XVIII, em 1789, em que se emanciparam os cidadãos da tutela do rei.

Manuel de Arriaga, atacou ainda os reis que não se preocuparam com o desenvolvimento do país, o que levou a que Portugal seja uma nação de analfabetos, de inconscientes, de fanáticos, que não evoluiu durante três séculos, e que os outros povos tomaram a dianteira e resolveram os seus problemas sociais. Em vez de criarmos escolas, oficinas, docas, canais, grandes companhias, de poderosas esquadras, preocupamo-nos em rodear de uma dedicação completa, digna de melhor causa, o altar e o trono e de um número infinito de capelas e de morgados. Que a monarquia de direito divino, tem desviado a nação portuguesa, da sua missão histórica, tem inutilizado as suas mais valiosas energias, as suas aspirações. Que a monarquia constitucional, no poder, há 64 anos trabalhava para aniquilar as regalias e soberanias populares, os 17 primeiros anos com as armas na mão e com auxílio dos exércitos estrangeiros, os 47 últimos anos com a corrupção dos costumes políticos e do povo. A monarquia encontrava-se perante dois grandes problemas: que em 5 milhões de cidadãos, 4 milhões eram analfabetos, que todos os direitos cívicos estavam coarctados, que a fronteira e o litoral estavam desguarnecidas de fortalezas, que o exército não tinha soldados nem armamento. Mas existia outra grande ameaça, com grave prejuízo para a dignidade da nação, a dívida externa. Que a ostentação do regime era responsável por um terço das dívidas. Que o exercito de supranumerários, são um verdadeiro pesadelo para as finanças publicas.

Nestas condições, a missão histórica do actual regime tinha findado e com ele deveria o morrer o sistema de finanças que criou a actual situação deprimente em que estávamos perante os credores estrangeiros. Quem deveria assinar o convénio que por ventura os credores pudessem reclamar para a sólida garantia dos seus haveres? A substituição da monarquia pela república, asseguraria aos credores o pagamento do juro dos seus créditos, daria ao governo mais garantia de ordem do que a manutenção do status quo.

Assim, para evitar a condenação da nação à morte, entre outras medidas, os republicanos propunham:

- substituir toda a ostentação inútil do actual regime por uma administração sóbria;
- chamar à administração do estado, gradualmente descentralizada os seus homens mais honestos;

- garantir e zelar o uso de todos direitos e firmar com a igreja uma concordata em que se garanta a liberdade de consciência dum modo efectivo;
- atacar o problema da instrução, reduzindo a percentagem dos analfabetos;
- iniciar uma política acentuadamente portuguesa, promovendo a nossa autonomia;
- desenvolver todos os meios de produção compatíveis com os extraordinários recursos do país;
- empenhar-se com medidas praticas para que deixem de incidir sobre os alimentos de primeira necessidade as exigências do fisco;
- valorizar agrícola e comercialmente o nosso vasto domínio colonial.

Manuel de Arriaga termina afirmando que para ser levada a bom termo esta empresa, o partido republicano, indicava o caminho a seguir, incitando o povo a pronunciar-se (Quental et al, 2006, p.227-236).

## 10. A PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

A revolução surge como consequência dos acontecimentos descritos, em que o deputado Manuel de Arriaga, desempenhou papel fundamental. Era necessário falar ao povo da nova constituição, com os valores republicanos.

- considerando que a nação portuguesa, pelas qualidades étnicas da sua raça, pela virtude e valor dos seus filhos, e por meio da evolução da força ao serviço do direito e da justiça, conseguiu fundar uma pátria. Conseguiu também formar a língua lusitana;
- considerando que num empreendimento genial, quase superior ao que permitiam as forças humanas, foi este pequeno povo que realizou as suas explorações em mares nunca antes navegados, a unificação do globo;
- considerando que foi esta nação num impulso no dia 4 e 5 de Outubro eliminar a fraudulenta e nefasta soberania do direito divino, baseado na revolução e na fé, e mantido pelo altar e o trono, na indestrutível soberania da nação baseado na razão, no direito e na justiça;
- considerando que nas bases gerais do projecto, estão acautelados os direitos individuais e a independência do poder judicial.

Approva este projecto da constituição, o deputado Manuel de Arriaga.

Manuel de Arriaga em plena revolução afirmou que estão todos de acordo com as bases da nova constituição. Que a primeira base será a soberania da nação. Que os poderes seriam conferidos por delegação e estes eram independentes.

Afirmou também que era necessário que o império da democracia pura acabasse de vez com a falsa e nefasta terra dos grandes homens. Os grandes homens, só existiam onde havia pequenos povos, onde os privilégios dos opressores eliminaram os direitos e a dignidade dos oprimidos. Numa sociedade instruída e livre, democrática e culta, o império dos grandes homens era uma excrescência, uma sobrevivência, quase apagada. Manuel de Arriaga dá um exemplo. Numa visita pela Europa verificou o culto dos grandes homens, nomeadamente na França, no caso o autor da torre Eiffel. Por outro lado na república da Suíça, o homem que construiu o caminho-de-ferro, obra mais útil que a torre Eiffel, Von Pilatos era um engenheiro, um homem normal que continuava a trabalhar. Este último sim era um verdadeiro grande homem, grande pelas suas obras, pelos seus merecimentos, pelas suas virtudes.

Mais uma vez, Manuel de Arriaga, ataca o que vinha do antecedente, as bases da supremacia da revelação e da fé sobre a da razão e da ciência. A famosa coligação do altar e do trono, a que conduz, ao direito divino.

Para o deputado, o poder, a autoridade, a soberania derivavam da ciência. A autoridade derivava do maior número de razões que à sombra da dúvida, da investigação e do saber, conquistam o assentimento das multidões. Assim a autoridade estava na consciência humana, logo a necessidade do sufrágio universal, o poder por delegação dos eleitores, para que estes estabelecessem as leis e lhes dessem exacto cumprimento.

Manuel de Arriaga, concordava ainda com o princípio de, em casos extremos, fosse permitido ao chefe de estado a dissolução do parlamento. Embora, não fosse favorável à teoria dos grandes homens, não tinha problemas em votar uma república presidencialista. Mais, afirmou, que tinha dificuldades em encontrar um cidadão com tantas virtudes, que se lhe possa entregar a chefia suprema da pátria.

Importa ainda referir, que Manuel de Arriaga, apontou como causas da nossa decadência, a mania das grandezas, a fatuidade como herdeiros dos descobridores da Índia, de África e da América. Afirmou também que era um irredutível inimigo das vaidades, das ficções e das mentiras, e há alguns séculos que seguíamos esse caminho errado.

Face ao exposto, Manuel de Arriaga, foi intransigentemente oposto a qualquer espécie de ostentação na magistratura suprema do poder e apelou, à união de todos, para que se iniciasse uma vida nova, com novos processos, com gente nova, para Portugal valesse unicamente pelas virtudes democráticas, pelo ideal de justiça. (Quental e al, 2006, p267-282)

## CONCLUSÕES

Após a conferência de Berlim, ficou consagrado o princípio da ocupação efectiva, dos territórios para assim garantir a soberania desses espaços, pelo que as potências europeias iniciaram a exploração do interior do continente Africano.

Portugal, negociou bilateralmente os limites dos territórios portugueses em África, com a França e a Alemanha e de imediato começou a ocupar o vasto hinterland, na procura de construir o designado "mapa cor-de-rosa", sem ter considerado os interesses de outras potências, nomeadamente da Grã-bretanha.

O mapa cor-de-rosa colidiu com os interesses da potência marítima e como consequência, esta apresentou o Ultimatum em 11 de Janeiro de 1890, a Portugal.

O Ultimatum foi o pretexto, o ignidor que permitiu ao partido republicano a possibilidade de propagandear os seus ideais, nomeadamente tentando substituir a religiosidade do povo pelo nacionalismo. Este partido, não desfrutando do poder, orientou a sua luta com os objectivos de viabilizar a hipótese revolucionária e reforçando a força do movimento patriótico, tentando descredibilizar os partidos monárquicos e a figura do regime, o rei.

Face à repressão imposta pelo regime, o partido republicano aparece aos olhos da opinião pública como o único defensor do interesse nacional e símbolo de patriotismo, tendo-se destacado nesta acção o deputado Manuel Arriaga, afirmando que, se assinássemos o tratado, deixaríamos de ser um país independente e cairíamos na órbita Espanhola, aparecendo assim a sacralização do império como dimensão definidora da pátria.

A diplomacia portuguesa nas negociações com a Inglaterra, tudo fez para conseguir um resultado honroso para Portugal, tendo a fragilidade do regime e a acção do partido republicano levado à assinatura de um acordo pior para Portugal.

O Ultimatum foi um dos acontecimentos que contribuíram para a queda da monarquia, assim como as dificuldades financeiras em que vivia o país.

O Ultimatum, foi uma oportunidade perdida pelos republicanos para tomarem o poder, aquando deste acontecimento, por motivo de lutas internas, mas na prática o Ultimatum, foi o fim do regime monárquico, que acabou por se oficializar em 4 e 5 de Outubro de 1910.

Manuel de Arriaga, o primeiro Presidente da República, defendeu um ideal político totalmente oposto ao regime monárquico, mas que o futuro veio a demonstrar ser de difícil execução.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (Coord) (2000). *O Império Africano, Séculos XIX e XX*, Edições Colibri, Lisboa
- ALEXANDRE, Valentim (2000). *Velho Brasil, Novas Africas: Portugal e o Império (1808-1975)* Edições Afrontamento, Lisboa
- BONIFÁCIO, M. Fátima (2005). *O Século XIX Português*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa
- CABRAL, Manuel Villaverde (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX*, Editorial Presença, Lisboa
- CAETANO, Marcello (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Edições Ática, Lisboa
- LAINS, Pedro [et al] (2006). *História Económica de Portugal 1700-2000, Volume II*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa
- MARTINEZ, Pedro Soares (1969). *História Diplomática de Portugal*, Editora Verbo, Lisboa
- MOREIRA, Adriano [et al] (1992). *Estratégia Volume IV*, Instituto de Relações Internacionais, Lisboa.
- MATTOSO, José [et al] (1993). *Historia de Portugal, Volume 6*, Estampa Lisboa
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004). *As Guerras Liberais*, Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa
- NOGUEIRA, José Manuel Freire [et al] (2006). *O Pensamento Estratégico Nacional*, Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa
- QUENTAL, Antero [et al] (2006). *Portugal em Crise, da Agonia da Monarquia à Implantação da Republica*, Fronteira do Caos, Porto
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987). "Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês", in vários, *Análise Social*, Terceira série, volume XXIII, número 98 de 1987
- SANTA-RITA, José Gonçalo (1959). *A África nas relações internacionais depois de 1870*, Tipografia Minerva, Lisboa.